

A NOVA LEI DE FALÊNCIAS E O CRÉDITO TRABALHISTA¹

Cláudio Armando Couce de Menezes – Juiz Presidente do TRT da 17ª Região

Vivemos tempos confusos, conflituosos, para não dizer esquizofrênicos. De um lado um modo de sociedade que oferece e exige o consumo desenfreado para se manter, perpetuar e crescer ainda mais. De outro, milhões que apenas assistem ao espetáculo do consumo sem dele poder participar. Aliás, muitas vezes, sequer podem usufruir dos serviços básicos de saúde e de saneamento, moradia decente e um ganho necessário à sua sobrevivência. Basta uma simples mirada para a periferia de São Paulo, para os morros do Rio de Janeiro e para as cidades e bairros que rodeiam a Ilha de Vitória. Para não falarmos do Vale do Jequitinhonha, das palafitas, alagados e do interior das regiões Norte e Nordeste. O resultado desse quadro é de todos conhecido: ressentimento social, violência, inchaço dos centros urbanos, etc.

No campo laboral, constata-se a ampliação da competência trabalhista para os trabalhadores, o que permite com apoio no direito comparado, na declaração dos direitos do homem, nos princípios constitucionais e no caput do art. 7º da C.F., a criação de um direito único do trabalho para empregados e trabalhadores em geral, ao menos para aqueles cujo trabalho seja marcado pela dependência econômica, pessoalidade e permanência na atividade.

Por outro lado, verifica-se a construção de um autêntico arsenal legislativo destinado a proteger os interesses das grandes empresas, notadamente da área bancária e financeira, em detrimento de empregados, trabalhadores e da sociedade como um todo.

É o que se verifica, por exemplo, com a recente autorização legal para descontos nos salários dos obreiros, a fim de que possam saldar os empréstimos obtidos junto às entidades financeiras e bancárias(Lei nº 10.820/2003).

¹ Texto da exposição realizado no 45º Congresso Nacional do Direito do Trabalho, São Paulo, realizado nos dias 20 a 22 de junho do corrente ano.

Agora, vem à luz uma lei de falências (Lei nº 11.101/2005) que esvazia e desprestigia a proteção do credor trabalhista, limitando-a ao patamar de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos (art. 83, I, da Lei)!

SÉRGIO PINTO MARTINS² lembra que o projeto de alteração da lei de falências foi elaborado pelo Banco Mundial, visando privilegiar créditos devidos aos bancos em detrimento do trabalhista e do tributário³. E isso quando os balanços das instituições financeiras não cessam de apontar lucros cada vez maiores!

FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA⁴, outro juslaboralista de escol, destaca que esse plano de desprestigiar a proteção do crédito laboral encontra, desde há muito tempo, amplo respaldo no empresariado e até em setores governamentais...

Lamenta, também, que o Congresso Nacional não tenha atentado para essa inovação in pejus da situação dos trabalhadores. Não deixa, outrossim, de registrar a sua revolta com a omissão da comunidade sindical a respeito de tão relevante tema.

Adverte, por outro lado, que a presente medida ofende o princípio segundo o qual o trabalhador não deve assumir os riscos da atividade empresarial⁵.

² “A Nova Lei de Falência e suas implicações nos direitos dos trabalhadores”, Jornal Síntese, 03/05, ano 9, nº 97, p.4.

³ Salienta o ilustre magistrado e professor paulista que o crédito tributário passa para o terceiro lugar na classificação dos créditos na falência (art. 83, III, da Lei nº 11.101). O interesse público, que informa a proteção do crédito tributário, bem como a ordem social que norteia o privilégio do crédito trabalhista, cede ao interesse particular, em especial do capital financeiro. Concluindo sobre este ponto, assim se pronuncia o ilustre jurista: “Não se justifica a renúncia fiscal em favor dos bancos. Parece que estamos na contramão dos fatos, na dança com os lobos que, por serem mais espertos, devoram os créditos da massa e deixam apenas os ossos para os demais”.(ob. cit., p.5).

⁴ “A Nova Lei de Falência e a Execução Trabalhista”, Revista LTR, vol. 69, 05 de maio de 2005, p. 584.

⁵ “...é princípio informador do crédito trabalhista que o trabalhador não corre o risco do empreendimento, mesmo porque jamais participa dos lucros da empresa; que o trabalhador não tem qualquer ingerência nos destinos da empresa, ficando a administração exclusivamente sob a direção e responsabilidade dos sócios, diretores gerentes; administração que nem sempre é conduzida a contento, e muitas vezes é conduzida com o fim adrede preparado de burlar credores e créditos trabalhistas, redundando no enriquecimento do patrimônio pessoal dos sócios e/ou diretores e o esvaziamento do fundo de comércio. A empresa, quando quebra, demonstra, quase sempre, a falta de preparo dos seus dirigentes: por ausência de tradição no ramo ou por terem sido ousados em demasia, arriscando-se além do que seria razoável. Os juros altos, os desequilíbrios determinados pela política econômica do governo, as altas taxas de juros para conseguir capital de giro, são fatores que fazem parte do risco do empreendimento, não se podendo carrear-los para o trabalhador que acreditou na empresa e entregou, sem titubear, a sua força de trabalho, força essa que torna irreversível. Como chamar o trabalhador para arcar com prejuízos de fato em que não teve qualquer participação? Como deixar de pagar imediatamente salários atrasados se estes traduzem, em última instância, a sobrevivência do trabalhador e da sua família, em país de miseráveis? Como fixar parâmetros em valor dos três meses anteriores (art. 151) sob a condição de disponibilidade? A situação do trabalhador entre a empresa e as dificuldades que a levaram à falência é de *res inter alios*. O que mais impressiona é que o Congresso Nacional não demonstrou o mínimo respeito para com o trabalhador em país de desempregados e cujo poder aquisitivo é um dos menores do mundo. Por outro lado, é de corar um monge franciscano o total desinteresse da comunidade sindical: sindicatos,

No mesmo diapasão, registre-se, posiciona-se SÉRGIO PINTO MARTINS: “Os riscos do empreendimento devem ficar por conta do empregador (art. 2º da CLT). Não podem ser socializados ou divididos com o empregado, que não dirige a empresa e não pode participar dos prejuízos. Não é possível devolver a energia de trabalho ao trabalhador depois de ter prestado serviços e pouco receber. O pólo mais fraco é que está sendo prejudicado com a mudança⁶”.

Os festejados juristas denunciam, ainda, possíveis vícios de inconstitucionalidade, no tocante ao princípio da igualdade⁶ e ao preceito que trata da proibição da vinculação do salário mínimo para qualquer fim⁷.

Nem se argumente com o pretense viés moralizador do art. 83, I, da Lei nº 11.101/05, que evitaria ou daria cobro às fraudes, supostamente existentes em processos falimentares, mediante a apresentação de créditos em favor de pessoas que não seriam de fato empregadas ou teriam supervalorizado, com a anuência do falido, valor que lhe seria devido.

Essa fundamentação moralista esconde apenas a intenção de favorecer os beneficiados com a alteração da lei de falências. Com efeito, as fraudes podem e devem ser combatidas, inclusive com o apoio do Ministério Público, através da elaboração de mecanismos adequados. O que não se justifica, à luz da lógica, da boa-fé (presumida), do bom-senso e das noções básicas de justiça é a punição generalizada de todos os empregados⁸.

federações, confederações, centrais sindicais que nada fizeram, deixando que os trabalhadores fossem imolados e entregues ao seu próprio destino, certos de que a voz rouca do trabalhador solitário não se faria ouvir”.(ob. cit.,p.584)

⁶ “O tratamento leonino imposto na lei fere o princípio da igualdade garantida a todos pela Carta Magna. Como atribuir ônus para alguém que sequer poderia ter influído no ato de quebra? A inconstitucionalidade do art. 83, I, vai ser apreciada pela ADIn 3424-DF” (FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, ob. cit., p. 584).

⁷ “A fixação do valor em salários mínimos é inconstitucional, pois serve de forma de indexação, que é vedado pelo inciso IV, do art. 7º, da Constituição, que proíbe a vinculação ao salário mínimo para qualquer fim” (SÉRGIO PINTO MARTINS, ob. cit., p. 2005).

⁸ “Se existem fraudes no recebimento de verbas trabalhistas vultosas na falência por pessoas que sequer são empregados e acabam tendo preferências sobre outros créditos trabalhistas, elas devem ser combatidas. O Ministério Público do Trabalho vem ajuizando ações rescisórias contra pessoas que não são empregados e que pretendiam receber créditos fraudulentos nas falências, obtendo excelentes resultados. A exceção não pode ser tomada como regra. A fraude não pode ser presumida sempre, mas, ao contrário, deve ser provada. A boa-fé se presume e não o contrário” (SÉRGIO PINTO MARTINS, ob. cit., p.584).

Pelo exposto, concluimos pela imperiosa revisão do art. 83, I, da nova Lei de Falência, para restabelecer o superprivilégio do crédito trabalhista⁹.

⁹ Outras regras também estão a merecer uma pronta revogação (arts. 6º, § 5º; 54, parágrafo único e 83, VI, “c” da Lei 11.101/05).